

Litigância de má-fé: Eletrobras aciona STF para emparedar TST, mesmo assinando diversas atas que legitimam o processo negocial do ACT 2024.



As entidades de representação, sindicatos e associações e os trabalhadores e trabalhadoras foram surpreendidos com a Comunicado 039 da Eletrobras na noite de 05/06, dando conta da Decisão Liminar proferida pelo ministro, Dias Toffoli, nos autos da Reclamação 7018 impetrada pela Eletrobras no Supremo Tribunal Federal (STF) que (estranhamente) questiona a prorrogação da vigência do ACT até 30/08 acusando o ministro Maurício Godinho, que media o Dissídio Coletivo em trânsito, de agir de forma arbitrária ao decidir pela prorrogação.

Ocorre que a participação dos prepostos da Eletrobras na audiência de mediação de 21/06/2024, na qual foi determinada a prorrogação do ACT vigente, foi registrada em ata com as devidas assinaturas dos presentes ([veja a ata aqui](#)), dentre os quais representante do Ministério Público do Trabalho, dando legitimidade aos atos celebrados naquela audiência sem que a parte, ora reclamante, se manifestasse, tendo a Eletrobras, inclusive, dado prosseguimento à negociação e reuniões posteriores.

Consideramos como litigância de má-fé da Eletrobras privatizada, e dos seus advogados prepostos, a indução ao erro do ministro do STF, omitindo a verdade em proveito próprio. Provavelmente a Eletrobras incluiu nos autos da sua Reclamação as atas e vídeos de sua participação ampla, geral e irrestrita nas diversas negociações com os sindicatos em audiências agendadas e conduzidas pelo relator Maurício Godinho.

Além da ofensa coletiva aos milhares de trabalhadores e trabalhadoras que acompanhavam as negociações mediadas no TST (a Eletrobras soltou vários comunicados aos empregados legitimando a mesa de negociação), fica claro a ofensa institucional ao ministro Mauricio Godinho e ao pleno do TST proferida pela VP Jurídica, VP de Gente, Presidência, Diretoria e Conselho da Eletrobras, gestores da empresa.

O VP Jurídico, Marcelo Siqueira, ex-braço direito do ministro Paulo Guedes e legítimo representante da "Faria Lima", lança esta ousada ofensiva contra uma das mais importantes instituições do Estado Brasileiro: o Tribunal Superior do Trabalho.

Esse é o jogo da Eletrobras privatizada: utilizar de recursos irresponsáveis para obter vantagens. Foi assim com as "cláusulas pegadinhas" da proposta para o ACT 2024, prontamente rechaçada pela representação dos trabalhadores e trabalhadoras.

Será que o Ministro Toffoli foi informado pela Eletrobras do seu desejo de demitir em massa e aplicar uma nova arquitetura de carreira que nenhum empregado da casa conhece! A Eletrobras,

com atitudes desta natureza não quer um acordo resultante da via negocial, quer um cheque em branco.

Ocorre que não somos tolos, tão pouco inertes. A mobilização em greve que forçou a ida à dissídio e reabertura da negociação com mediação no TST é uma prova, eles sabem disso, tanto que tentam induzir um integrante do Supremo ao erro, para ameaçar os empregados.

Esse caso lamentável é só mais uma mostra do tipo de pessoas com as quais estamos fadados a nos relacionar no âmbito laboral. Sem critérios morais, sem respeito e sem limites em enganar, subverter e prejudicar em benefício próprio.

A AEEL, juntamente com as entidades que representam os trabalhadores e trabalhadoras, acionou a assessoria jurídica que nos assiste no dissídio, que já entrou com uma petição no TST contestando a decisão liminar nos autos da Reclamação da Eletrobras no STF, acionando também o Ministério Público do Trabalho (veja [aqui](#)).

Acima dos homens há a lei. E é nela que nos valem. Seguiremos acompanhando o desenrolar de mais um esquema da Eletrobras para driblar a ordem, e os manteremos informados.

Rio de Janeiro 6 de agosto de 2024.
Associação dos Empregados da Eletrobras - AEEL.